



a p r e s e n
t a ç ã o

DOI: 10.5380/2238-0701.2019n17p3-8



Poder, poderes

Estreando nova periodicidade – a Ação Midiática será publicada agora sempre no início de cada semestre, ou seja, em janeiro e em julho, a 17ª edição da revista traz uma entrevista ao pesquisador e jornalista Márcio Fernandes, do norte-americano Davis Merritt. Merritt, um dos papas do chamado “jornalismo cívico” – termo pelo qual, por ironia, nutre pouca simpatia – não esconde que está melancólico. Mais de uma década depois de ter enjambrado, ao lado do conterrâneo Jay Rosen, o que poderia ser a embreagem da imprensa diante do rolo compressor da internet, nada aconteceu. Não despista, inclusive, que desconhece se alguém ainda se debruça sobre o “jornalismo público”, termo que prefere. E sua grande contribuição aos estudos midiáticos. Foi como subir a montanha e descobrir que lá de cima não havia paisagem.

O lamento de Merritt é uma meia verdade. O jornalismo que supera a técnica de apurar e constatar – e se lança, civicamente, na arte política de apontar soluções – pode ter se mostrado sem fôlego diante das revoluções por minuto promovida pela web. Como o próprio Merritt constata, parece ter ficado a cargo Dos pequenos veí-

culos a possibilidade quase paroquiana e hiperlocalista de mostrar caminhos, dando a palavra à sociedade organizada, acendendo um palito de fósforo que seja. Mas é difícil acreditar que o modelo cívico/público/cidadão capaz de tirar o jornalismo da teia de arame farpado em eu se encontrava morreu, sem deixar pistas. A sequência de artigos da edição 17 da revista Ação Midiática acena que o jornalismo – e, por tabela, todo o campo da comunicação – deu de se coçar, como se diz no linguajar popular. Se vai incomodar? Melhor não desdenhar.

A paisagem parece, de fato, nublada. Mas se pode afirmar, com pouca margem de erro, que se aprendeu muito no meio do tufão digital, aquele que tirou o chão de meio mundo, inclusive a parte do mundo que, por acaso, não sabe o que é um Uber. O jornalismo público, e suas variações para o tema, expressas em outras gavetinhas da comunicação, ensinou a pensar não no tumor, mas no organismo. E peguilhou para ir além das fronteiras, sem viseiras e tal. Funcionou. A realidade ficou mais instigante depois que Merritt, Rosen – e Nelson Traquina, para citar um nome bem próximo dos brasileiros – arrancaram a venda dos que trabalham com a informação, empurrando a turma ladeira abaixo. Deus-se um basta nas chorumelas, inaugurando um processo mais pró-ativo, o que é uma estiva. Escavar as camadas da vida, em busca de fenômenos, é a palavra de ordem.

Vale para toda e qualquer atividade humana. O ato de comer, por exemplo. Presta-se às camadas mais profundas de análise. O artigo A alimentação na tela da TV: um novo ponto para o biopoder regular nossas vidas? propõe um exercício cívico. O texto é o que, à primeira vista se chama de uma leitura crítica do programa Bem Estar, portento da tevê aberta que atinge 5,8 milhões de espectadores a cada dia. As conclusões do trabalho, contudo, são uma pedra no sapato. A dizer: questionam uma prática digna de aplausos – o comer de forma adequada, a escolha sustentável dos alimentos, os cuidados com a saúde. Essas e outras atitudes, porém, podem legitimar, à

revelia das melhores intenções, o movimento corporativo de transformar os corpos em corpos economicamente ativos, em corpos obedientes, silentes e imóveis. Assim como aconteceu com o sexo, o ato de comer se despediu da esfera do prazer. Os autores não nos pedem para apagar o televisor na hora do Bem Estar. Sugerem que o programa seja “lido”, que o conteúdo – ainda que interessantíssimo – não sequestre nossa mente. É um manifesto “cívico” em relação a um discurso aceito, por mais indigesta que seja a palavra, como sugere Davis Merritt.

Mais? A edição vai à mesa e aos programas de saúde e alimentação, mas também à escola, espaço para o qual os olhares estão voltados em 2019. O artigo A mídia rádio escolar como um espaço de formação nos pressupostos de Paulo Freire e Jürgen Habermas explora as possibilidades de compreensão da sociedade a partir de uma série de atividades de rádio-escola. Nada demais. Um estímulo pedagógico. Não fosse a faca no peito. Com licença aos autores, o que se faz aqui é uma espécie de ver-julgar-e-agir, com a acréscimo do “propor”. Falar da própria realidade é um passaporte para o conhecimento. Ninguém precisa ter medo nem de Freire, nem de Habermas, pois o que oferecem é revolução que passa pelo abraço na realidade. “Esta” é o que falta – eis o ponto.

A propósito, é de “abraço” – em alguma medida – que tratam dois artigos nascidos da observação das imagens exibidas na web: Redes Sociais e futebol: as torcidas retratadas através do Instagram durante a final da Liga dos Campeões da Europa 2016; e Utilização do projeto #doleitorZH como instrumento participativo no Instagram da marca Zero Hora (@gauchaZH). Um e outro investigam como os espectadores se apropriam – pela imagem – de um evento ou do cotidiano. O clique banal “diz” e “revela” o ponto em que cada um está.

O primeiro texto nasceu da captação de material fotográfico na Liga dos Campeões da Europa, em maior de 2016. A base de dados é rica. A expectativa por uma revelação é flagrante, afinal o público está num espaço estimulante, midiático, internacional – e com a bola rolando. Banho de água fria. A mobilidade tecnológica ou motivou ou revelou a solidão dos autorretratos, quando não das paisagens sem expressão, seguidas de bocejos. Mais do que perguntar “onde foram parar os outros” pode-se perguntar quem são os outros no olhar do viajante.

Pode-se argumentar que é mera constatação, especialidade dos estudos críticos de comunicação. Mas não há porto seguro em se tratando da internet. No mesmo Instagram, a resposta dos usuários nada tem de lobo solitário – a exemplo do ocorrido na Liga dos Campeões da Europa 2016 – quando o espaço é o site do jornal Zero Hora. Num ambiente jornalístico, de interação com a notícia e motivados pela mediação de profissionais de imprensa, a resposta dos leitores passa longe do previsível. Fotos postadas no site do jornal, por leitor, até podem ser acusadas de clichê, mas em nenhum momento transmitem apatia ou mesmice. Se a pergunta é se há atalhos para fazer encontrar tecnologia e dicção do usuário, a resposta pode ser sim.

No meio dessa floresta – na qual seguimos espalhando bolinhas de miolo de pão pelo caminho – o ensaio Tempo, depressão e sociedade deadline: um diálogo entre Han, Rosa e Bauman é outro apelo a não se render às formulações simplistas, prontos para jogar a pá de cal. Na companhia de Byung-Chul Han, Hartmut Rosa e Zygmunt Bauman, passeia-se pelos bosques do tempo escasso, do excesso de informação, entre outras tormentas da sociedade deadline. O tempo é experimentado em porções – ou, a melhor das metáforas, como naqueles desenhos pontilhados. Juntar os pontos fazia as crianças verem a imagem, e a se encantarem com ela. Ao contrário, quando nós, apressados, tentamos fazer o mesmo com a realidade, o que enxergamos é uma figura grotesca, dis-

forme e sem coerência. Não há o que dizer daquilo que se vê. Sem mediações, não há narrativas. E sem narrativas pessoais e coletivas – que deem Norte a nossos passos, mesmo quando bêbados – não há existência. O desejo de entender é a maior das forças. Reivindica-se “algo” de volta. Se há uma novidade nos textos desta edição, é esta.

Os editores